



RIO DE JANEIRO

SVNIT vai a Maricá exigir pagamento de salários de vigilantes da Golden Rio



Diante das informações desencontradas onde a Prefeitura de Maricá afirma que realizou o pagamento junto a empresa Golden Rio, mas os salários dos vigilantes ainda não foram quitados, a diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região (SVNIT) irá até a cidade para se reunir com autoridades locais na próxima segunda-feira (17/01).

Desde o dia 10 de janeiro, o SVNIT vem cobrando o pagamento dos salários junto a empresa Golden Rio que presta serviços para algumas secretarias da prefeitura de Maricá. Por duas vezes a empresa assumiu compromisso

de data de pagamento e descumpriu. A última, foi que o pagamento seria realizado na última sexta-feira (14) e não cumpriu novamente.

Muitos áudios estão circulando em aplicativos de mensagens com informações não confirmadas pela empresa nem pela Prefeitura. Um áudio dá conta de que a prefeitura havia retido 30% da fatura da empresa por descumprimento de contrato. Nesse mesmo áudio, atribui o não pagamento a processos judiciais enfrentados pela empresa que teriam bloqueado os valores recebidos pela Golden Rio.

“Nós do Sindicato SVNIT queremos apenas que paguem os salários dos vigilantes. Não importa se será a empresa ou a contratante, nesse caso a Prefeitura que é responsável solidariamente pelos salários dos trabalhadores”, afirma Cláudio Vigilante, presidente do SVNIT.

Ainda no áudio que circula em grupos de mensagens, a prefeitura de Maricá supostamente repassaria nos próximos dias os valores referentes ao dissídio coletivo da categoria. No entanto, não cabe falar em repasse de dissídio uma vez que a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria ainda não foi assinada. Os Sindicatos dos trabalhadores e patronal ainda discutem algumas cláusulas para o fechamento da CCT.

O que sabe, ao certo, é que não há data para pagamento dos trabalhadores. As informações são vagas e, por isso, o SVNIT irá acionar as autoridades de Maricá para buscar informações e exigir o pagamento dos salários, mesmo que a prefeitura retenha toda a fatura e realize esses pagamentos.

“O que não vamos aceitar é ameaça a trabalhador. Coação a quem reclama de salário atrasado com ameaça de demissão é crime e vamos apurar. Vamos cobrar também o pagamento da multa de 20% pelo atraso que é devido ao trabalhador por não receber seus salários em dia conforme está na CCT dos vigilantes”, completa Cláudio Vigilante.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

SINDICATO COBRA MAIS DIREITOS DOS VIGILANTES



A hora surge mais “coisas” da Interfort ou INTERFRACA e o Sindicato vai notificando e cobrando providencias.

Ontem foi mais um oficio e na segunda já tem outro oficio pronto.

Veja as novas irregularidades que chegaram e confirmamos:

I- EXTRAS DO DE NOVEMBRO E JANEIRO (CORREIOS/PROVAS DO ENEM) – O Vigilante sacrifica sua folga e não recebe.

II- EXTRA NO DOMINGO A NOITE E PLANTÃO DIURNO NA CAIXA NO DIA SEGUINTE – Nesta situação do Enem teve vigilante colocado para trabalhar no domingo a noite (cuidando das

provas do Enem) e saindo na manhã de uma segunda-feira para assumir a escala na Caixa Econômica. Imagine o absurdo, mais de 20 horas de trabalho, direto!

III- Farda com aos farrapos, com mais de um ano sem troca em agencias da Caixa e BB;

IV- Certificados de curso de reciclagem realizados em 2021 e ainda retidos;

V- Livro de Ocorrência cheio e sem a outro para repor.

Tudo isto comprovado pela Fiscalização do Sindicato, após alerta dos colegas, com notificação encaminhada ontem (sexta) e outra na segunda (17), com prazo para responder e resolver.

Caso contrario vamos voltar a Caixa Econômica, Banco do Brasil e outros contratantes.

Assim é que se faz a luta: Vigilante é Sindicato, denuncia, avisa e o Sindicato Fiscaliza, age e combate o desrespeito.

Todos ligados na luta!

SINDVIGILANTES/BA

Comando Nacional dos Bancários vai cobrar da Fenaban volta do home office

Reunião da próxima terça-feira (18) vai discutir ampliação do teletrabalho e outras medidas protetivas contra a Covid 19



O Comando Nacional dos Bancários vai se reunir na próxima terça-feira (18) com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para discutir a adoção de medidas preventivas para proteger a categoria diante do aumento no número de casos de contaminados pela Covid-19 que atinge todo o Brasil. Um dos pontos a ser tratado no encontro, que acontecerá de forma virtual, será a retomada e, até mesmo, a ampliação do home office, que deixou de ser adotado por alguns bancos.

“Nos queremos chamar a atenção da Fenaban e dos bancos para a gravidade do momento. O contágio está muito mais elevado e se não forem tomadas medidas, podemos voltar a perder muitas vidas”, alertou o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Vinicius Assumpção.

O VP lembra que, no início da pandemia, o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban

firmaram um acordo com medidas protetivas que foi importante. “Tivemos medidas fortes quando começou a pandemia. Flexibilizar as medidas protetivas neste momento é uma tremenda irresponsabilidade. Os bancos que não levarem em conta a gravidade do momento podem ser responsáveis pelo aumento da doença e do número de mortes na categoria. Estamos passando pelo pior momento da pandemia. Não tem sentido argumentar que os bancários não devem voltar ao home office. Vamos cobrar fortemente isso, mas também outras medidas que foram flexibilizadas, como rodízio e controle de atendimento nas agências.”

“Neste momento de mais uma onda da pandemia, na qual o contágio se mostra muito maior, todo cuidado é pouco. Desde início da pandemia buscamos a proteção da vida e da saúde como elemento central. Infelizmente, a Covid-19 não nos dá trégua. Por isso, nós não podemos baixar a guarda nas medidas protetivas. Os bancos precisam, urgentemente, praticar protocolos rígidos, que se mostraram eficazes, para proteger seus trabalhadores. É assustador o número de contaminados nos ambientes de trabalho e nos preocupa que os bancos não entenderem a gravidade do momento”, lamentou Mauro Salles, secretário de Saúde da Contraf-CUT

Fonte: Contrafcut

Demissões em massa, marco temporal e vacina: conheça os julgamentos do STF em 2022

Em ano eleitoral, Supremo terá pautas polêmicas relacionadas a movimentos populares e questões trabalhistas

FELLIPE SAMPAIO/STF



Pauta do ano coloca Supremo Tribunal Federal novamente em evidência, apontam especialistas

No que depender da importância das pautas que devem ir ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) no primeiro semestre de 2022, a Corte deve reafirmar seu protagonismo político no ano eleitoral de 2022. A avaliação é de especialistas no Poder Judiciário ouvidos pelo Brasil de Fato.

O STF segue em recesso até o final de janeiro. A partir de fevereiro, contudo, a Corte deve lidar

com temas polêmicos, como o Marco Temporal, as operações policiais em favelas, a análise sobre o crime de rachadinha, o Passaporte da Vacina, entre outros assuntos.

Clique aqui e faça o download da pauta do STF no primeiro semestre de 2022.

Para analisar cada um dos temas, o Supremo terá novamente o plenário completo, após a posse do ministro André Mendonça, ex-

advogado geral da União e ex-ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro (PL), que teve a indicação aprovada pelo Senado em dezembro.

O papel do novo ministro será um dos pontos de tensão do STF em 2022. Ele será o relator de matérias sensíveis para Bolsonaro, por exemplo, o processo sobre o bloqueio de perfis de apoiadores do chefe do Executivo nas redes sociais.

O “terrivelmente evangélico” também comandará ações que cobram do governo federal um plano de prevenção e combate de incêndios no Pantanal e na Amazônia. É grande a expectativa para saber qual será a linha adotada por Mendonça nos casos envolvendo seu ex-chefe.

Um dos primeiros casos sobre os quais Mendonça deverá se manifestar é o julgamento sobre a letalidade das operações policiais no Rio de Janeiro. Esta ação estava sendo examinada pelo Plenário em dezembro, mas o julgamento foi interrompido.

O ministro Edson Fachin fez seu voto a favor de diminuir a letalidade das operações policiais nas comunidades fluminenses, principalmente depois da incursão policial na favela do Jacarezinho, em maio do ano passado, que deixou 28 mortos.

Em 23 de junho, o STF voltará a analisar o Marco Temporal para terras indígenas. O julgamento está empatado e o ministro Alexandre de Moraes pediu vista em setembro. Até a interrupção, o relator, ministro Edson Fachin votou contra o marco temporal, e o ministro Nunes Marques, a favor.

A tese do Marco Temporal estabelece que

as populações indígenas só podem reivindicar terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. A matéria opõe frontalmente ruralistas e movimentos indígenas e ambientalistas.

Em 9 de fevereiro, voltará a ser examinada a exigência de passaporte de vacina, além do teste para detecção de covid-19, para o viajante que chegar ao Brasil. O julgamento foi interrompido depois de o placar mostrar 8 votos a 0 para a exigência. Na ocasião, o ministro Nunes Marques pediu vista.

Especialistas levantam preocupações

A advogada Tânia Maria Saraiva de Oliveira, integrante da coordenação-executiva da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), diz que a entidade tem preocupações em relação a julgamentos que ficaram sem definição em 2021.

“O ano de 2022 será de também muita expectativa sobre alguns temas que ficaram pendentes de 2021, como é o caso da suspensão dos decretos de armas, que facilitam posse e porte de armas pelo governo Bolsonaro”, afirma.

“A gente espera que o Supremo Tribunal Federal mantenha suspensa a execução dos decretos, o que já foi feito em parte pela medida liminar da ministra Rosa Webber e do ministro Edson Fachin”, diz Oliveira.

A integrante da ABJD aponta ainda que a possibilidade de volta à pauta da prisão após condenação em segunda instância é um fator de preocupação: “Esperamos que esse seja um tema que não retorne à pauta, porque é um tema superado.”

O advogado João Jaques Pederneira, especialista em Direitos Humanos, afirmou à reportagem que a pauta do Supremo para o primeiro semestre de 2022 coloca a Corte novamente em evidência. Segundo ele, o governo Bolsonaro é quem empurra o STF para essa posição.

“A cada dia, o Executivo mostra uma capacidade mais intensa de alçar o Supremo a um lugar de destaque. Medidas desastrosas, como o boicote ao passaporte vacinal, obrigam os ministros a reagirem”, explica.

“Na perspectiva dos movimentos sociais, há ainda questões relativas aos direitos de pessoas transexuais e travestis e temas trabalhistas, como o tema das demissões em massa e da exigência de vacina para funcionários”, aponta Pederneira.

Eleições são fator de atenção

A realização do pleito presidencial em outubro também é ponto de atenção, segundo os especialistas. Tânia Maria de Oliveira aponta que as questões devem tramitar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas que são de competência e responsabilidade do STF.

“Sobre o acompanhamento do tema das fake news, é muito importante que o Supremo Tribunal Federal tenha uma posição firme como teve, de certa forma, até aqui para coibir é os a propagação de fake news”, explica.

“A ABJD espera que o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, tenha uma postura muito firme no ano de 2022. É um ano que vai exigir de todos aqueles que defendem a Constituição federal e a democracia muita firmeza na postura”, conclui.

Leia quais são alguns dos julgamentos do STF em 2022:

Marco temporal: volta do julgamento do marco temporal para demarcação de terras indígenas que está empatado.

ADPF das Favelas: ação prevê que as polícias justifiquem a “excepcionalidade” para a realização de uma operação policial numa comunidade.

Passaporte da vacina: exigência do passaporte vacinal contra a covid-19 de viajantes do exterior que desembarcarem no **Brasil**.

Demissões em massa: ação discute a dispensa de mais de 4 mil funcionários da Embraer, em 2009.

Vacina para funcionários: apreciação da decisão do ministro Barroso de derrubar trechos da portaria do Ministério do Trabalho e Previdência que impedia que empresas obrigassem seus empregados a se imunizar contra a covid-19.

Rachadinha: tipificação de suposto crime ocorrido no gabinete do deputado federal Silas Câmara (Republicanos-AM).

Conteúdos ofensivos na internet: dever da empresa que hospeda sites na internet de fiscalizar o conteúdo publicado pelos usuários e de excluí-lo do ar quando for considerado ofensivo.

Saúde primária: PT questiona atos do Ministério da Saúde relativos à atenção à saúde primária de pessoas transexuais e travestis.

Edição: Vivian Virissimo

Fonte: CUT

Projeto de Bolsonaro e Guedes destrói a economia e prejudica a classe trabalhadora

Inflação, desemprego, desinvestimento, PIB zero... três anos de desastre, três anos de BolsoGuedes

ANTÔNIO CRUZ / AGÊNCIA BRASIL



A economia brasileira ficará estagnada em 2022, confirmando o fracasso da política econômica implantada após o golpe de 2016, e aprofundada por Jair Bolsonaro (PL) e o ministro Paulo Guedes. A grande marca do desgoverno ultraliberal e conservador é o descontrole dos preços da energia, em especial dos combustíveis, o desmonte do Estado, e a supressão de direitos sociais – o que esmaga a renda dos trabalhadores.

Pesquisa do Valor Econômico com 105 instituições financeiras e consultorias mostra expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 0,4% em 2022. Ao menos 26 instituições projetam contração e 13, estagnação.

“Os bolsonaristas colocam a culpa na

pandemia, mas a coisa está pior que antes da crise sanitária global, e o governo não reage, não propõe nada, não trabalha”, afirma o presidente da CUT Ceará, Wil Pereira. “Enquanto o país vive tragédias ambientais e as consequências gravíssimas de desastres climáticos, o presidente tira férias. Na hora de trabalhar, logo adoece”, lembra.

Desemprego, miséria e fome

O Brasil de Bolsonaro e Guedes é o país do desemprego, da miséria e da fome. “Hoje, temos 44% dos trabalhadores e trabalhadoras na informalidade. A taxa de desemprego no Brasil é de 11,7% para homens e 17,1% para as mulheres; para a população negra a taxa de desemprego representa 13,1% para homens negros e inacreditáveis 20,1% para as mulheres

negras”, completa o presidente da CUT-CE.

Os negros representam 55% da população brasileira. A população negra é a que mais perdeu emprego durante a pandemia do coronavírus (representam 72% dos que perderam emprego na crise), é a que mais morreu de covid-19, e também é a que mais morre de “bala perdida da polícia”.

Quase 20 milhões de brasileiros declararam passar 24 horas ou mais sem ter o que comer. Mais da metade (55%) da população brasileira sofria de algum tipo de insegurança alimentar em dezembro de 2020, segundo a Rede Rissan/ Inquérito Nacional sobre a Segurança Alimentar no contexto da pandemia.

De acordo com a pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave).

Preço dos combustíveis

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), a gasolina custava, em média, R\$ 4,60 em janeiro do ano passado. No último mês de 2021, a média era de R\$ 6,67. O diesel passou de R\$ 3,60 para R\$ 5,30. O etanol teve o aumento de 58%, de R\$ 3,20 em janeiro para R\$ 5,10 em dezembro. Em 2021, a Petrobras operou 16 reajustes no preço da gasolina e 12 no preço do diesel.

A política de preços dos combustíveis é uma decisão de Bolsonaro e do presidente da Petrobrás, o militar Joaquim Silva, nomeado pelo presidente. E os dois vêm promovendo reajustes contínuos nos preços, seguindo o valor do dólar. Isso faz com que os combustíveis fiquem muito caros para o consumidor brasileiro. Quem ganha com isso? Os investidores estrangeiros.

“Bolsonaro lasca com os brasileiros para garantir lucros para acionistas estrangeiros. Patriota de mentira!”, conclui Wil Pereira.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Produção industrial estagnada

Uma das provas da inoperância do governo é a produção industrial, que ficou em -0,2% entre outubro e novembro de 2021. Deste modo, registrou o sexto mês consecutivo de resultado negativo, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analisando mês a mês, o IBGE observa que, das 11 informações de 2021, nove foram negativas. Ou seja, o setor industrial ainda sente muitas dificuldades, se encontrando atualmente 4,3% abaixo do patamar de produção em que estava em fevereiro de 2020.

“A indústria sofre com os juros em alta e a demanda em baixa, impactada pela inflação elevada e a precarização das condições de emprego, já que com o rendimento mais baixo, o trabalhador consome menos”, afirma o gerente da pesquisa, André Macedo.

Fuga de investimentos no Brasil

O chefe da BlackRock na América Latina, Dominik Rohe disse à Veja que mais nenhum investimento será feito no Brasil até o fim do governo Jair Bolsonaro. Segundo ele, o fundo só voltará a investir no país após a mudança do governo. Ao que tudo indica, Bolsonaro deve deixar o poder no final deste ano, após a eleição.

Como motivos para a decisão, Rohe citou o negacionismo do presidente e as promessas sem retorno de Paulo Guedes, além dos juros altíssimos e da inflação forte. Para Rohe, o ministro da Economia fala muito e faz pouco. Ele disse também não acreditar no avanço de nenhum projeto de Guedes em 2022.

Fonte: CUT, Com informações da Rede Brasil Atual, Valor Econômico e Veja

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF